

Empreiteiras poderão perder sigilo bancário

A Polícia Federal vai pedir a quebra do sigilo bancário, fiscal e patrimonial de todos os envolvidos nas denúncias da CPI do Orçamento. A medida deve atingir inclusive as empreiteiras. Neste caso, vai depender da identificação de emendas liberando verbas para obras realizadas pelas construtoras. O pedido será feito antes do inquérito seguir para o Supremo Tribunal Federal. Desta forma, a Polícia Federal espera provar a origem do dinheiro e

os caminhos percorridos no esquema de corrupção desenvolvido dentro do Congresso Nacional.

Por enquanto, restam ao delegado responsável pelo inquérito duas linhas de investigação. Em ambos, o caminho é provar a origem do dinheiro. Na primeira, a das subvenções sociais, o delegado Magnaldo Nicolau já solicitou aos Ministérios dos Transportes, Educação e da Ação Social as relações de verbas distribuídas aos estados pelos parlamentares. Só o deputado João Alves preencheu três folhas destinando verbas para o Estado da Bahia, apenas no Ministério da Ação Social. Esta relação chega às mãos do delegado Magnaldo Nicolau hoje. A intenção da PF é, partindo dos parlamentares, identificar as entidades

beneficiadas, se elas existem ou não, e de que forma foram aplicados os recursos. Se totalmente ou parcialmente.

O outro caminho é inverso. Começa pelas empreiteiras, identificando todas as obras realizadas com verbas públicas e as emendas que geraram os recursos. A partir daí, verificado qual foi o Ministério, basta identificar o autor da emenda. Para conhecer melhor estes caminhos, o delegado Magnaldo Nicolau já decidiu convocar o empresário Cecílio do Rego Almeida para explicar o processo e justificar as denúncias feitas contra a concorrente OAS. Ele também vai chamar o diretor Carlos Suarez, da OAS, e outros oito dirigentes de empreiteiras. Entre elas, a Norberto Odebrecht e a Queiroz Galvão.